

ANALISE DOS IMPACTOS NA CONSTRUÇÃO DA UHE DOS APERTADOS.

1- INTRODUÇÃO.

A busca por novas fontes de energia tem sido um desafio constante para o Governo Federal visando atender a uma demanda crescente pelos setores da economia. A Agência Reguladores deste serviços ANEEL tem realizados estudos que indicam a necessidade de construir as novas unidades geradoras sem fazer uma proposta para uma alteração da atual matriz energética do Brasil. Assim, caminhamos em um processo constante de construção novas Usinas de energia na base do aproveitamento hidráulico, através dos leilões de energias. Assim, nascem os projetos das novas Usinas.

O aproveitamento do Rio Piquiri, com a construção das Usinas Hidrelétricas de Apertados, Ercilandia e da Foz do Rio Piquiri, compõe esta análise.

Para tanto , utilizamos das informações básicas que esta incluso nos Estudos de Impacto Ambiental – EIA RIMA, que foram a apresentados a autoridade ambiental.

Para construirmos as bases conceituais, utilizamos de indicadores econômicos da agricultura gerados pelo Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. DERAL/SEAB

No caso específico de Apertados as informações foram retiradas do EIA RIMA da Copel para a UHE dos Apertados no Rio Piquiri.

Vão ser desapropriados 392 propriedades agrícolas, perfazendo um total de 4.684 hectares. Podemos estimar que 1960 pessoas sejam obrigadas a sair de suas propriedades.

Segundo dados do EIA RIMA, do total de 4.684 hectares, 2.166 hectares são utilizados com agricultura anual.

Para construirmos a nossa base de calculo, esta área é utilizada no plantio de verão com a soja. Segundos indicadores da SEAB/ DERAL esta lavoura de verão tem um custo de produção de R\$ 4.353.010,20 que serão utilizados para implantar as lavouras, com despesas de aquisição de óleo diesel, sementes, adubos químicos e agrotóxicos.

Estes insumos tem uma alíquota de ICMS médio de 4,85 % . Mas a riqueza gerada por esta atividade será de R\$ 6.708.210,30 e neste caso uma alíquota de ICMS de 12 % . O mesmo raciocínio com a cultura da safrinha, o milho.

Assim, temos uma perda de ICMS total de R\$ 1.438.665,53

2- DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS

Podemos trabalhar dois cenários, no primeiro, temo um cenário produtivo da agricultura; nos municípios que compõe esta obra, se pratica uma agricultura com uso do solo agrícola de forma intensa, e que tem duas safras por ano, plantio de soja no verão e de milho na safrinha.

2.a) INFORMAÇÕES DOS MUNICÍPIOS.

Área total que poderia ser desapropriada:

Município	Reservatório ha	APP ha	Infraestrutura	Total- ha
Alto Piquiri	287	162	25	474
Formosa do Oeste	705	635	4	1.344
Goio Ere	270	273		543
Mariluz	450	417		867
Nova Aurora	137	343		480
IV Centenário	379	550		929
Ubiratã	3	44		47
Total	2231 ha	2424 ha	29	4684 - ha

2.b) AREAS DE PLANTIO A SER DESAPROPRIADA: 2.166 Hectares

INDICADORES	SOJA	MILHO	TOTAL
Custo de produção/ Hectare	R\$ 2009,70	R\$ 1.656,90	R\$ 3.666,60
Custo de produção / 2166 Hectares	R\$ 4.353.010,20	R\$ 3.588.845,40	R\$ 7.941.855,93
ICMS dos insumos (4,85%)	211.120,98	174.058,95	R\$ 385.179,93
Produtividade	3.300 kg/ha	4.400 Kg/ha	
Preços por sc de 60 kgs	R\$ 56,31	R\$ 18,76	R\$ 75,07
Receita das lavouras por hectares	R\$ 3.097,05	R\$ 1.375,73	R\$ 4.472,78
Receita da lavoura em 2166 hectares	R\$ 6.708.210,30	R\$ 2.070.838,40	R\$ 8.779.048,70
ICMS de comercialização (12%)	R\$ 804.985,00	R\$ 248.500,60	R\$ 1.053.485,60
Total das Receitas Econômicas			16.720.904,63
TOTAL DE TRIBUTOS			R\$ 1.438.665,53

2.c) PERDAS COM A DESAPROPRIAÇÃO

PERDAS SOCIAIS

O ato de desapropriação implica em retirar do meio rural, famílias que trabalham com esta atividade econômica ao longo de varias gerações. Esta perda pode ser estimada, considerando os indicadores sociais para o meio rural de 5 pessoas por famílias e neste caso, 392 famílias teriam uma perda de 1960 pessoas.

A dinâmica econômica dos sistemas agrícolas pode considerar as unidades produtivas como atores econômicos, gerando uma cadeia de negócios que são fundamentais para a agricultura como a aquisição de bens e serviços. Esta dinâmica econômica realizada pelo conjunto das famílias a serem atingidas tem um impacto imediato na economia local.

Esta perda que é estratificada socialmente levará a perda de repasse dos tributos federais na área da educação e da saúde.

Também devemos considerar como perda de um conjunto de trabalhadores que tem toda uma habilitação profissional para trabalhar com os diversos sistemas agropecuários.

As relações sociais e fraternais entre vizinhanças também são consideradas como perdas, pois estas relações são de difícil avaliação, mas que tem todo um valor imaterial.

PERDAS ECONOMICAS.

Esta é uma região com intensa atividade econômica, onde predomina a exploração de sistema de produção de alimentos com a soja e milho. Esta agricultura tem uma integração com o mercado internacional e os preços são regulados pela oferta e demanda da produção. Vamos apresentar um cenário onde real atual, onde a atividade econômica tem uma rentabilidade. No segundo momento, vamos fazer uma avaliação econômica da atividade energética. A produção de energia produzindo tributos na base das transações de mercado gerando um tributo de caráter estadual como o ICMS e um estudo das Compensações financeiras que é regradada pela ANEEL.

TOTAL DE RECEITA AUFERIDA NA AREA A SER DESAPROPRIADA: R\$ 16.720.904,30

VALOR TOTAL DE ICMS DA AREA: RS 1.438.665,53

No segundo cenário, a região seria alagada para a produção de energia elétrica. Neste caso, utilizamos informação da ANEEL e calculamos a Compensação financeira.

CALCULO DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DA ENERGIA..

MW	135	
HORAS/ANO	8.760	estimado
Geração ano potencial (MW)	1.182.600	estimado
Estimativa com 50 % de uso	591.300	estimado
Valor do TAR para o ano de 2015 (R\$)	R\$ 85,26	estimado
Valor Total faturado (R\$)	R\$ 50.414.238,00	estimado
Compensação Financeira 6%	R\$ 3.024.854,28	Port. ANEEL
45% municípios anual	R\$ 1.361.184,42	Port ANEEL
Para os municípios mensais.	R\$ 113.432,03	Port. ANEEL

A divisão para os municípios são duas variáveis, pela vazão hídrica e pelo cálculo da área inundável. (7 municípios) . Acreditamos que os valores auferidos de R\$ 113.432,03 para os 7 municípios não é compensador. São valores muito pequenos pertos dos valores gerados.

3- CONCLUSÃO

A alteração das funções deste espaço, de produção de alimentos para a produção de energia elétrica apresenta uma situação que não compensa pelas perdas advindas para os municípios que receberiam estes investimentos.

A situação econômica do município será alterada, pois as demandas por serviços e infra estrutura será intensa no período de construção da barragem e posteriormente existe um processo de acomodação econômica.

Elaboração:

Econ. Cid Cordeiro

Eng Agro. Ednei Bueno do Nascimento